



**Acta da Sessão Ordinária da
Assembleia Municipal do Concelho
de Figueira de Castelo Rodrigo,
realizada no dia vinte e seis de
Fevereiro de dois mil e dez**

-----Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro de dois mil e dez, pelas catorze horas e trinta minutos, no Auditório da Casa da Cultura, comigo, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, compareceram os Senhores Deputados para a realização da sessão ordinária da Assembleia Municipal, convocada de acordo com o n.º 1, do artigo 49º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-----O Senhor Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos.-----

-----Ao efectuar a chamada, verificou-se a comparência de todos os Senhores Deputados. -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Vamos dar início a esta sessão da assembleia municipal.” -----

-----**1- Período Antes da Ordem do Dia:** -----

-----**1.1. Leitura, apreciação e aprovação das actas das sessões de 30 de Novembro e 28 de Dezembro de 2009.** -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Está por conseguinte à consideração, parecem-me que agora já estão a ficar mais diluídas, mais simples, não estão tão maçadas, mas às vezes podem haver alguns pontos de discordância relativamente a estas. É de referir que se chegou à conclusão que durante muito tempo porque vinha do antigamente, as actas estavam no período da ordem do dia, mas segundo o nosso regimento estão antes da ordem do dia e é essa a primeira alteração a registar.” -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal:** “ Quero cumprimentar todos os presentes, saudar a mesa e desejar um bom ano novo a todos. Sobre as actas quero dar os parabéns a quem efectivamente as redigiu, porque realmente não tem comparação com as anteriores. Só queria pedir uma pequena correcção à acta do dia 28 de Dezembro, porque eu justifiquei a minha falta, mandei um e-mail a justificar

minha falta e não está como justificada e era só para corrigir. Muito obrigado. -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** “ É só para informar a assembleia que todas as justificações de falta que sejam efectuadas por e-mail deverão ser enviadas para o e-mail próprio da assembleia, **assembleia.municipal@cm-fcr.pt.**” -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Vou colocar à votação a acta de 30 de Novembro de 2009. Colocada à votação foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes. -----
Quanto à votação da acta de 28 de Dezembro de 2009, colocada à votação foi aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com as abstenções de Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e de Francisco Costa Santa Comba, Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Escarigo, uma vez que não compareceram a esta sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Agora sim vamos entrar mesmo no período antes da ordem do dia e, queria fazer uma pequena observação, temos que chegar a esta conclusão, esta assembleia não é nem pode ser um verbo de encher, pois temos uma palavra a dizer e importante, sobre tudo aquilo que se passa dentro do nosso concelho e, eu pedia aos nossos Presidentes de Junta de Freguesia e aos Senhores Deputados Municipais que tragam até nós esses problemas que nos dizem respeito a todos, seja de que ordem for, porque senão não vale a pena andarmos aqui em reuniões, nem a perder tempo senão quisermos levar isto verdadeiramente a sério, mas mais adiante esclarecerei um bocadinho melhor porque é que estou a proferir estas palavras.” -----

----- **Manuel Amaral Reigado, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Afonsinho:** “ Muito boa-tarde a todos. A minha intervenção está relacionada com as licenças dos canídeos, pois quando as licenças se passavam na câmara municipal toda a gente as tirava, agora existem indivíduos que tem uma dúzia de canídeos e às vezes nem uma licença tiram, ou então tiram só uma e, ainda vão tirá-las a outras freguesias o que nos trás problemas, pois cada um devia tratar destas licenças nas suas freguesias. Queria alertar esta assembleia para resolver o problema, ou então manda-se chamar a Guarda Nacional Republicana, ou de qualquer outra maneira, mas tem de ser resolvido, pois quem tem vários cães e algum morde, só um é que tem a licença, ou seja, o dono não pode ser responsabilizado por isso. Muito obrigado. -----

----- **Francisco António Fresta Darei, Presidente da Junta de Freguesia de Almofala:** “ Boa - tarde a todos. Como não estive presente na última sessão desta assembleia, queria agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal a forma célere com que trataram o problema por mim trazido aqui, relativo às taxas devidas pelos actos e serviços prestados pelo ICNB, I.P., o que me deixou bastante satisfeito e pelo que tive conhecimento já teve efeitos. Os meus agradecimentos e muito obrigado. “ -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal:** “ Aqui a algum tempo atrás redigi um escrito para o jornal sobre a economia do concelho e, eu queria aqui hoje desenvolver um pouco esse tema, porque o nosso concelho não é uma ilha e está integrado na economia nacional, comunitária e, hoje com a globalização na economia mundial. O que acontece é que todas as políticas, embora os nossos governantes digam que a crise é mundial, na minha opinião é da Europa e dos Estados Unidos da América, pois relativamente à China e aos países emergentes, designadamente à Índia e ao Brasil não há crise, há crise nas suas exportações para a Europa, porque esta consome menos, mas só são afectados nesse aspecto, pois a China passou este ano à segunda economia mundial, está igual ao Japão em termos de PIB absoluto e não per capita e, provavelmente vai ser a primeira economia mundial, porque tem uma direcção central e disciplinada, uma mão de obra barata, o que permite ser nos nossos dias a maior exportadora do mundo. A Europa com suas políticas tem tido insucesso na maior parte dos países que lhe pertencem e dificilmente irá recuperar a crise que tem, porque que é estrutural e sem direcção, pois neste momento somos vinte e sete na Europa Comunitária, em que cada um puxa para seu lado acabando por não se entenderem, as direcções são fracas e as políticas são tanto de sociais, que os custos de produção estão num nível altíssimo e os de venda baixíssimos por causa do trabalho, como sabem nos custos do trabalho existem dois factores de pressão que são o capital e o trabalho, senão existir um equilíbrio, algum deles desaparece, pois quando o trabalho está mal emigra, quando o capital está mal emigra também e, sem os dois a funcionar, um ao lado do outro não é possível uma economia real. Quanto ao nosso concelho, por força da PAC, uma vez que somos essencialmente agrícola, não temos indústria, pois esta no nosso país está falida, já não temos calçado, já não temos cortiça, já não temos têxteis, cereais, vinhos, enfim estamos a sofrer as consequências de uma política de abandono, ou seja, o dinheiro serve para contemplar só os bens essenciais e esquece-se que se tem de produzir, porque para se distribuir tem de se produzir, senão houver PIB não há distribuição que se sustente e, o nosso governo está a seguir os exemplos dos grandes países europeus em dívidas, para

posteriormente o distribuir dinheiro, porém isso não leva a parte nenhuma, não podemos estar eternamente a pedir dinheiro para distribuir aos pensionistas e desempregados, para os funcionários públicos que não trabalham e ganham grandes ordenados, como os professores universitários, os médicos ou os funcionários públicos no topo da carreira, porque isso leva à corrosão da estrutura financeira do país. De facto houve uma crise mundial que se prendeu com o sistema financeiro, porque o valor das acções não correspondia à realidade e, andaram as contas dos bancos e do sistema financeiro mundial a serem empoladas de tal maneira que eram irreais, mas isso já está ultrapassado. Agora a economia real vai demorar muitos anos a ser corrigida e, não vejo como é possível haver uma certa confiança de se falar em retoma, ou de que a crise já foi ultrapassada, quando efectivamente temos a indústria e a agricultura falidas, porque hoje em dia esta é uma protecção ambiental, pois os produtos agrícolas dão todos prejuízo, creio que com a excepção do leite, por isso os agricultores devem candidatar-se aos subsídios para assim cumprirem as regras ambientais e não terem como objectivo a produção, uma vez que o preço da mão-de-obra é elevada em comparação com outros países, como por exemplo o Brasil e, não existe nenhum empresário que possa competir com isso. Assim sendo, o nosso concelho tem que resistir à crise tomando-se medidas de bom senso, ponderadas e essencialmente preventivas, porque o nosso país está ingovernável e com uma dívida pública cada vez maior, mas relativamente à economia deste concelho que já foi pujante em termos agrícolas, já tivemos a EPAC, uma Adega Cooperativa saudável, como outras estruturas comerciais e agrícolas desenvolvidas, no sentido de criar riqueza para o concelho e para o país inteiro. Hoje a realidade é outra, pois os Lacticínios da Marofa faliram e a Adega Cooperativa vai pelo mesmo caminho, pois tem de se saber aplicar muito bem as ajudas e dinheiros a que se tem acesso, passando pela correcção de custos, isto é, estes tem de ser inferiores aos proveitos. Relativamente à OPP sucede o mesmo porque houve uma redução orçamental bastante acentuada por parte do Estado, mas mesmo assim manteve-se em funcionamento durante um ano sem receber nenhuma verba estatal, apesar de já estar a gastar o que ainda não recebeu. Se queremos ter as estruturas, teremos de as analisar e saber como podem sobreviver e posteriormente decidir em conformidade, pois é uma pena se os criadores ficam a perder, porque se esta associação encerra nunca mais volta a reabrir em Figueira de Castelo Rodrigo e, eu deixava aqui a sugestão de que o Veterinário Municipal podia fazer o saneamento dos animais. A economia do concelho tem de se adaptar às novas normas da política mundial e comunitária, no sentido de defender o ambiente, pois aí seremos financiados por fundos comunitários, como já estamos através da plantação de castanheiros

e amendoeiras pois recebe-se 236euros por hectare, mas o maior financiamento recai sobre as cerejeiras, cerca de 700euros por hectare em sequeiro e de 900euros em sistema de regadio. É preciso criar uma estrutura de aconselhamento aos agricultores para saberem adaptar as suas produções à política agrícola e assim beneficiarem ainda mais destes subsídios. O turismo é outra actividade a desenvolver, a qual deve passar pela requalificação dos monumentos e dos seus acessos para se criarem os roteiros turísticos, assim como defender o pequeno comércio e os serviços. Eu não sou optimista nem pessimista, sou realista e como tal peço que não se endividem, pois toda a gente sabe qual é a receita deste país mas ninguém a quer aplicar, que são os cortes salariais, porque não existe outra forma de equilibrar o orçamento, por isso solicito ao Senhor Presidente da Câmara que seja ponderado nos gastos e fuja das despesas relacionadas com o lazer, defenda as freguesias e não as penalize, porque a verba disponibilizada para o lazer equivale a quase 50% e, as freguesias não tem dinheiro para arranjar os caminhos face aos temporais que temos enfrentado este ano estão todos destruídos, por isso tem de sacrificar outras verbas. Tenho dito. Muito obrigado.” -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Deputado Municipal:** “ Boa-tarde a todos, cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia e o Senhor Presidente da Câmara. Eu não estava à espera na Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo do discurso da desgraça, porque há tempos organizei uma tertúlia com o economista Augusto Mateus, em que se falou da economia portuguesa e internacional e a dada altura tive a oportunidade de expressar que os economistas são boas pessoas e respeitáveis, mas havia alguém que definia o economista no seguinte sentido, são bons para explicar as crises, nunca tem soluções para as mesmas e, de facto ao ouvir o discurso do Doutor Teodoro apresentou algumas soluções, as quais passam pelo corte em prestações sociais, na redução dos funcionários públicos, assim como o despedimento de pessoal na Adegas Cooperativas de Figueira, chama-se a isto políticas ultra-liberais. Muito obrigado, destas dispensamos, destas não as queremos, arranje-nos outras soluções, pois se lesse quais os assuntos que estão na ordem de trabalhos desta sessão, apercebia-se que algumas das propostas apresentadas pela Câmara Municipal vão no sentido de investir e de reforçar prestações sociais, portanto essas políticas é que nos colocaram no ponto onde nos encontramos em termos de economia internacional. É evidente que todos temos de ser realistas, mas este deve levar-nos a adoptar boas soluções e que não provoquem o pânico. Este problema não é só português, pois todos os países tem problemas de défice e de desemprego iguais ou superiores aos nossos, é um problema mundial. De facto esta crise mundial assenta em dois problemas

estruturantes gravíssimos o desemprego, pois as economias não crescem o suficiente para gerar o crescimento do emprego e, o outro é de ordem financeiro, daí terem que existir boas soluções para ultrapassarmos toda esta situação. Obrigado." -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “

Na minha opinião, gosto sempre que tragam assuntos especialmente ligados ao nosso concelho e, quando dizia que não gostava que isto fosse um verbo de encher, referia-me em relação aos nossos limites e ao nosso território, porque o poder local hoje em dia tem instrumentos, instituições, juntas de freguesias eleitas democraticamente, câmaras, assembleias municipais que são mini parlamentos e, não gosto de ver invasões de fora para dentro e refiro-me aqui à situação que levantei na última assembleia relativamente ao problema de Santa Maria de Aguiar e ao que se está ali a passar. O que eu queria dizer é que tenho estado atento e com calma a ver, mas o que lhes posso adiantar é que neste momento o processo já foi chamado a si pelo Ministério do Ambiente e, aqui sei que vai acontecer o mesmo que aconteceu com a ETAR em Castelo Rodrigo, que fez o que entendeu, mas eu irei até ao fim, pois para a Assembleia Municipal não irá recair nenhuma responsabilidade, mas para a Câmara Municipal poderá ser diferente, por isso estou à espera do que poderá ali acontecer. Entretanto eu gostaria de fazer um apelo às vossas categorias, conhecimentos e profissões para que tragam de vez em quando assuntos e problemas do vosso concelho. Em relação ao problema canídeos, o canil municipal está a prestar um bom serviço, mas ainda não está a desenvolver os serviços que devia, entre eles a de conseguirem dominar os animais através de uma espingarda de anestesiar, o que daria muito jeito, pois este assunto tem de ser resolvido a sério e, na minha perspectiva tem de existir um mínimo de infra-estruturas modernas para o serviço poder funcionar em condições. Tenho dito. -----

----- **Henrique Manuel Ferreira da Silva, Deputado Municipal:** “ Queria aqui apresentar uma moção de solidariedade para com o povo da Madeira, muito singelamente a Assembleia Municipal e o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo solidarizar-se com a tragédia que aconteceu na Madeira. Muito obrigado.” -----

-----**2- Período da ordem do dia:** -----

-----**2.1. Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira do Município, nos termos da alínea e) do n.º1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5 - A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “
Cumprimentando o Senhor Presidente da Mesa, os elementos Mesa e todos os Senhores Deputados Municipais, desejando de facto que neste ano de 2010 o vosso trabalho uma vez mais seja profícuo e ajude a conduzir o nosso concelho no bom caminho. Nestes dois últimos meses pudemos desenvolver algumas actividades, nomeadamente a organização da Edição do Natal com Vida, com os Lares de Terceira Idade do concelho, em que fomos de certo modo dar vida, cultura e animação aos mais idosos, organizou-se um Concurso de Presépios, o 1º Concerto Zéthoven também teve aqui lugar, um Concerto de Natal, uma exposição “ La Raya Rota “, alusiva à Linha do Douro que esteve presente em Barca D’Alva e a tradicional Iluminação de Natal. Em obras, fornecimentos e empreitadas adquiriu-se sinalização quer horizontal quer vertical para melhor identificação da nossa sinalética, adquiriu-se um veículo para uma oficina domiciliária, que vai começar em breve as suas funções, foi lançado por ajuste directo o concurso para um projecto de requalificação do antigo edifício dos correios de Mata de Lobos, assim como o concurso público da construção do Mercado Municipal coberto aqui da vila, prosseguiram vários arruamentos na Vermiosa, concluíram-se os arranjos urbanísticos e arruamentos em Escarigo e, iniciaram-se os arranjos urbanísticos e de passeios na vila de Figueira de Castelo Rodrigo. Em termos financeiros, os empréstimos a longo - prazo vem sendo amortizados, devemos portanto hoje menos do que devíamos, não obstante estejamos com um pedido de empréstimo em curso e, encontra-se a situação digamos com muita razoabilidade em termos financeiros, apesar das verbas serem sempre escassas. Gostaria de aproveitar este momento para também secundar o voto de pesar pela tragédia na Madeira que já foi aprovado em reunião do executivo. Também quero dizer que a verba disponibilizada para o lazer, engloba a cultura, desporto e, a construção do pavilhão desportivo, não são só festas, é investimento, pois cabem naquela rubrica, mas abrangem edificações e construções, tal como explicámos no debate orçamental. A questão da Albufeira do Convento de Santa Maria de Aguiar entrou um pedido de licenciamento, mandei averiguar através do levantamento de um auto de ocorrências para analisar a situação e de facto foi formulado um pedido de licenciamento, o qual está a ser analisado e foi canalizado para Direcção Regional de Cultura do Centro, para os Recursos Hidrográficos do Norte e para a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro e, agora aguardamos que todas estas entidades se pronunciem e, a seu tempo informaremos esta magna assembleia de todos os procedimentos adoptados quanto a esta questão. Relativamente aos caniços e adquirirmos mais equipamento, é certo que muito já se tem vindo a fazer e a melhorar, mas

confesso que a compra da arma para anestesia assustou-me o eventual uso abusivo ou negligente desta, mas vamos equacionar a aquisição desse equipamento. Quanto aos comentários proferidos pelo Doutor Feliciano sobre a economia e os economistas de um modo em geral, registo-o como isso mesmo, mas a grande tónica nesta questão da economia local e regional deve ser colocada na descentralização financeira, porque vai ser aprovado um Orçamento de Estado, o qual tem previsto de receitas 153 mil milhões de euros, e desse valor 2,4 mil milhões de euros é que vão para as 308 câmaras municipais existentes, ou seja, o Doutor Teodoro quer que a câmara municipal com um 1,46% das receitas do orçamento, quer que o poder local resolva todos os problemas do país desde a agricultura, pecuária, indústria, ao emprego. Porque é que o Estado há-de ficar com 98,5% das receitas e depois não age localmente, pois a nível do PIDDAC o investimento no nosso município vai ser zero, mas nós pagamos os nossos impostos e, através deles somos chamados a pagar todas as obras de investimento público nacional, mas o Estado não faz aqui um investimento, pois se tal sucedesse certamente estaria a desenvolver um conjunto de actividades económicas no nosso concelho e, assim teríamos a possibilidade de chegar mais longe. As Juntas de Freguesia vão receber no seu todo 211 milhões de euros o que equivale a muito pouco em termos percentuais, mas o país tem dinheiro faz-se é uma má locação dessas receitas, pois por exemplo os 132 trabalhadores da autarquia num ano ganham tanto como um administrador da PT, por isso vamos aqui concordar com uma nova descentralização financeira, o dinheiro existe e está disponível, estando provado que o poder local executa e gere melhor os recursos disponíveis do que a administração central, pois a distribuição dos recursos está errada, uma vez que existem pessoas a ganhar muito e outras absolutamente nada, tal como nas obras públicas, pois numas investem-se 9 milhões de euros e noutras nem um cêntimo, mas nós como contribuintes temos o direito de nos indignar, pois neste momento só recebemos o que está estipulado em termos de transferência do Orçamento de Estado para as autarquias locais, quando estas deviam ser distribuídas equitativamente entre o litoral e o interior e, então questiono onde está a coesão e a homogeneidade territorial e daí ser da opinião que a descentralização financeira deve ser uma bandeira que nos deve unir, porque o futuro de qualquer território depende do nível de empregabilidade e, este necessita de investimento público sério, pois só assim motivará o interesse dos privados, porque este só investe se for em parceria ou se tiver acesso a incentivo e benefícios fiscais. Queria aqui deixar esta tónica do desenvolvimento regional, pois segundo a nova lei das finanças locais o critério a ter em consideração é o da população, ou seja, concelhos com uma densidade populacional baixa como o nosso não

podemos esperar muito, pois o Estado está a desistir desta faixa do território, por isso temos de contestar o que nos pretendem impor, mas apesar do investimento da administração central ser zero, temos provado que em termos de gestão autárquica as nossas verbas estão a conseguir gerar postos de trabalho, rendimentos e bem estar social às pessoas, apesar das forças vivas do concelho pretendessem mais. Assim deixo o apelo para que nós, mas essencialmente os mais jovens aumentem a capacidade reivindicativa em busca de novas soluções e, penso que a seu tempo a situação tende a melhorar. "-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Deputado Municipal:** “ Queria solicitar o seguinte esclarecimento nas dívidas a curto prazo tem sido recorrente a das Águas do Zêzere e Côa, a qual representa quase 80% total da dívida, se esta é para se pagar, se está controlada, gostava de saber.” -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Posso comunicar-lhe que já por várias vezes aqui se falou sobre este assunto. A dívida é efectiva, assumida, líquida e elegível, alguma dela já negociada com a banca em contratos de concessão da posição contratual com as Águas do Zêzere e Côa, mas entendeu-se a nível de todos os municípios que contabilisticamente para não limitar o endividamento municipal por esta via, que todos inscrevesse-mos esta dívida como corrente. O que se passa efectivamente é que a câmara acumulou um endividamento grande desde 2003 a 2005, anos que não pagou. A partir de 2008 entraram em funcionamento mais ETARS o que portanto aumentou a facturação desta. Temos vindo a fazer um esforço para a liquidação de dívidas, já movemos algumas causas em tribunal para as cobrar, porque entretanto a empresa entrou em insolvência e, o accionista Águas de Portugal já teve de entrar com um aumento de capital, em que alguns municípios o acompanharam, mas não foi o nosso caso, porque achamos que a empresa debate-se com problemas estruturais graves, uma vez que logo na constituição da empresa houve uma série de despesas relativas aos resíduos da Cova da Beira as quais foram duvidosas e, que pretendiam a integração da Covilhã no sistema o que nunca se veio a concretizar, mas o Estado nunca reparou esta situação. Faço aqui um pedido à Assembleia Municipal para que se interessasse mesmo por este tema e nos ajudasse a descobrir os contornos deste negócio da água e dos resíduos, pois toda esta situação encarece-nos as tarifas em termos de resíduos, porque o que se prevê agora é que as câmaras municipais não possam concorrer a fundos comunitários para a ampliação da rede de água e saneamento, prevendo-se que fiquem com a rede alta e agora à baixa a troco de fortes investimentos na região para melhorarem o serviço, o que faria disparar ainda mais o preço da água o que não podemos aceitar. Assim sendo este tema das

Águas do Zêzere e Côa é o mais difícil em termos de gestão autárquica, porque é o maior credor do município e vai-se manter muito presente até ao fim do mandato, ou a exigir dinheiro, ou a sermos condenados para pagar, ou solicitar-nos para pagarmos mais. Relativamente a este processo disponibilizarei todas as informações de forma transparente, pois para além de sermos clientes também somos accionistas de uma empresa que tecnicamente está falida, por isso vamos estudar a melhor forma para a resolução desta questão, pois apesar da minha vontade ser a de não acompanharmos o reforço do aumento de capital, reduziremos a nossa percentagem e passaríamos só a clientes, mandaríamos um pouco menos e menos exigências, pois também não temos outra empresa com os mesmos serviços a quem recorrer, existem municípios que optaram por concessionar a baixa a uma empresa e a alta a outra, portanto cada um dos municípios está a agir segundo os seus interesses e a resolver os seus problemas. Obviamente se conseguíssemos coligar-nos com municípios com o mesmo problema tanto melhor, pois sabemos que um dos grandes credores dos municípios desta região é as Águas do Zêzere e Côa. Em suma, a nível nacional estas empresas não são viáveis financeiramente e tem custos sociais elevados." -----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** " Queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se não seria possível reactivar a Barragem de Santa Maria de Aguiar?"-----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** " Essa é uma situação a que no fundo podemos voltar sendo extinta ou se sairmos da concessão, pois temos de nos manter nela durante cinco anos, só que imaginemos que seguíamos por esse caminho e assumir esse encargo do abastecimento de água e tratamento das ETARS, as Águas do Zêzere e Côa iam-nos dizer que tinham investido no nosso território e que tinham de ser ressarcidos e, para cumprirem com o padrão qualidade/quantidade só a barragem de Santa Maria de Aguiar não chega, apesar de que pertence ao sistema pois recebemos uma renda para que seja uma reserva estratégica para as Águas do Zêzere e Côa, mas voltar a reequacionar a nossa posição passaria por ter de pagar todos investimentos feitos até hoje pela empresa na região e, por outro lado não sabemos se o Ministério do Ambiente nos deixaria sair da concessão, agora o que podemos fazer é que quando aderirmos à baixa sabermos quanto vamos pagar pelo serviço, para que o preço da tarifa não suba drasticamente e reduza o consumo."-----

-----**2.2. Análise, Discussão, e Aprovação da Proposta n.º 4 - PCM/2010, Regulamento Municipal de Incentivo à Plantação de Amendoeiras e Castanheiros - 2.ª fase.**-----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**
"Vou colocar a proposta à consideração da Assembleia." -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal:** " Aqui está um ponto com o qual efectivamente nos devemos congratular, pelo facto da câmara municipal persistir nestes apoios, mas gostaria de colocar uma questão que se prende com o facto de que se a Comissão Técnica de Acompanhamento está preparada para fazer uma demarcação destas zonas das espécies no território segundo o seu habitat, pois as amendoeiras são de zonas mais quentes e os castanheiros de zonas frias e, que se forme um técnico para aconselharem os agricultores deste concelho para estarem a par das medidas deste Quadro Comunitário de Apoio. Muito obrigado." -----

----- **Mário Daniel Carneiro André, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Amargo:** " Muito boa-tarde a todos os presentes. Só queria acrescentar, uma vez que se está a analisar, e a discutir a aprovação desta proposta senão seria possível acrescentar o apoio à plantação de sobreiros." -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** " Em resposta à questão colocada pelo Senhor Deputado Mário André, esta situação encontra-se estipulada no artigo 3º do regulamento em discussão, porque existem outras árvores que podem ser subvencionadas, desde que tenham o mesmo fim das primeiras, pois não é um apoio directo à agricultura mas ao ecoturismo, ou seja, a árvore tem de ter uma mais-valia não só agrícola, mas ambiental e, caberá à Comissão Técnica de Acompanhamento avaliar se o castanheiro e a cerejeira podem fazer parte destas espécies." -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal:** " Só quero dizer que os sobreiros têm apoios próprios para a florestação e, no ano seguinte começar a receber compensações nas agro-ambientais." -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Deputado Municipal:** " Gostaria de saber qual o envelope financeiro disponível para este regulamento. " -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** " Sempre que decidimos dar um benefício fiscal ou subsídio, prevemos abdicar de uma receita ou ter um custo, fazemos sempre um cálculo do custo fiscal e orçamental dessa medida, pois está contemplado no orçamento os custos que aspiramos ter com as medidas deste regulamento, pois qualquer promotor que tenha cumprindo o estipulado, recebeu o seu subsídio quer na plantação de amendoeiras, quer na recuperação dos pombais, dentro dos limites legais destes, uma vez que nunca houve uma reclamação de que o subsídio nunca tivesse sido atribuído. Estas medidas no início visavam a plantação de meio hectare

ou de cem árvores junto a estradas nacionais e municipais, que apesar de não ser relevante, achou-se importante para o ecossistema, para dinamizar o turismo e renovar o cartaz da amendoeira, o qual culminou com a apresentação de cerca 80 candidaturas, ultrapassando o número esperado, daí a sua renovação, mas não nos queremos substituir ao Ministério da Agricultura. Pode-se ainda acrescer um duplo efeito a este, porque reduziram-se o número incêndios à beira da estrada e do ponto de vista ambiental, o concelho ficou mais interessante e sustentável.” -----

----- **Mário Daniel Carneiro André, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Amargo:** “ Quando propus a plantação do sobreiro, esta ia de encontro com a opinião que referiu da selecção e demarcação das zonas a plantar no concelho, porque a freguesia de Vilar de Amargo já foi uma das grandes produtoras de cortiça, pois este incentivo seria uma das formas de se combaterem os incêndios e por outro lado a nível económico resultaria numa mais-valia com a venda da cortiça. Muito obrigado.” -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes.” ----

-----**2.3. Análise, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 7 - PCM/2010, Remuneração dos membros dos Conselhos de Administração das Empresas Municipais.** -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Vou colocar a proposta à consideração da Assembleia. “ -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Só quero esclarecer que se encontra a decorrer o processo fusão entre as duas empresas municipais e, enquanto não está concluído tem de haver duas administrações, em que se propõem na Empresa Municipal Figueira Cultura e Tempos Livres seja administrada sem remuneração pelo Presidente do Concelho de Administração, recebendo os Administradores apenas a senha de presença de valor idêntico ao auferido nas reuniões da câmara municipal. Na Figueira Verde, Agricultura e Indústrias Agro-alimentares, E.M. existe um Administrador que está a tempo inteiro e, como tal recebe um vencimento mensal, mas o Presidente do Concelho de Administração e o outro Administrador não são remunerados. Quando estiver terminada a fusão efectiva das empresas só virá aqui uma administração.” -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes. Vamos interromper a ordem de trabalhos para efectuar um intervalo de cerca de dez minutos.” -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Vamos reabrir a sessão após esta interrupção.” -----

-----**2.4. Análise, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 8 - PCM / 2010, Moção - Projecto Português de Alta Velocidade Ferroviária.** -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Vou colocar a proposta à consideração da Assembleia. “ -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Os nossos governantes são da opinião que para o país se modernizar é necessário construir o TGV, mas olhando para o mapa do país e, entendendo que este nos vai ligar a alta velocidade ferroviária à Europa, tudo levaria a crer que se construísse uma linha que ligasse o centro do país em direcção a Madrid, em vez de se optar por uma linha caríssima por Vila Real de Santo António e Badajoz, outra por Vigo e ainda outra via Salamanca, assim entendemos enquanto região e concelho que fazia sentido ligar o rectângulo que é o nosso país, pelo centro em direcção a Madrid, porque é o caminho mais curto, razoável, objectivo e barato e, portanto esta moção alerta para a importância estratégica que poderá ter a ligação de alta velocidade na nossa região, porque senão mais uma vez estaremos a contribuir e não receberemos nada em troca, ou seja, no fundo é um apelo para que se reconsidere as ligações rodoviárias do país e, faria todo o sentido termos um ponto de ligação, pois imaginemos A 25 transformado em itinerário rodoviário de grande velocidade resolveria os problemas existentes, porque ficaria a menos de meia hora do Porto e a cerca de uma hora de Lisboa e ligaria todo o centro do país à Europa, pois de outro modo não iremos apanhar o TGV para lado nenhum e, como sempre a região não tirará nenhum dividendo desse desenvolvimento. Esta moção serve para realçar que o TGV a ser construído que passe pelo centro do país, porque senão não segue o canal das mercadorias, das pessoas, rodoviário pela mais importante fronteira do país. Queria aqui pedir autorização para que incluíssemos a Diputación de Salamanca, o governo de Castilla e Leon e o Reino de Espanha devidamente traduzido, para as instituições a quem nós vamos comunicar, para assim termos a possibilidade de estarmos no comboio do progresso, porque tal como está previsto os dois grandes investimentos em termos de infra-estruturas no nosso país, tais como o aeroporto e o TGV vão localizar-se a sul e não iremos tirar grandes aproveitamentos nem em termos de dividendos, nem de fluxos turísticos para a nossa região e concelho.” -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Vou colocar a proposta à consideração da Assembleia. “ -----

----- **António José Lourenço Quadrado, Deputado Municipal:** “ Não discordo da ideia, mas é um tanto utópica, porque mesmo que o TGV passasse próximo da nossa região não

teríamos nenhuma paragem próxima, mas talvez pudéssemos lutar para depois ter pontos de acesso a essa ligação de alta velocidade, como por exemplo a linha do Douro.” -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes.” ---

-----**2.5 Análise, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 10 - PCM / 2010, Regulamento Municipal de Incentivo à Recuperação de Pombais Tradicionais - 2ª Fase.** -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Esta medida deu resultado levando a um grande sucesso e entusiasmo. Assim sendo, vou colocar a proposta à discussão da Assembleia. “ -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Gostaria de salientar que devido a este incentivo temos cerca de cem pombais recuperados, daí a sua extensão para as duzentas candidaturas. Decidiu-se reforçar o apoio a esta iniciativa, uma vez que se poderá tornar uma bandeira do nosso concelho a nível turístico.” -----

----- **António José Lourenço Quadrado, Deputado Municipal:** “ Sou da opinião de que no seguimento deste trabalho de recuperação que está sendo desenvolvido, também era importante apoiar as pessoas que tenham pombais e, que estes estejam povoados, porque não faz sentido estar a recuperar só para embelezar a paisagem, mas por exemplo conceder uma quantia para a compra de comida ou esta proposta ser desenvolvida em parceria com as Associações de Caçadores ou com o Parque Natural do Douro Internacional, ou seja, aos pombais que de facto estejam a ser habitados.” -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Só queria dizer que estamos a trabalhar em conjunto com a Associação Prolombar e Transumância e Natureza, no sentido de dar formação aos donos dos pombais sobre a sua importância, a forma de cuidar e até de recuperar destes, mas também no apoio a candidaturas para o repovoamento das espécies, através da colaboração destas duas entidades.” -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes.” ---

-----**2.6. Análise, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 19 - PCM / 2010, Adenda ao Contrato de Empréstimo realizado entre o Banco Português de Investimento, S.A e o Município de Figueira de Castelo Rodrigo.** -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Vou colocar a proposta à discussão da Assembleia. “ -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Trata-se de uma alteração ao contrato que foi aprovado aqui em Assembleia Municipal, por motivação do Tribunal de Contas, que nos sugeriu a eliminação do número dois do empréstimo, o qual

verbalizava de grosso modo que outras obras poderiam ser introduzidas desde que apoiadas por fundos comunitários para fazer face à componente nacional, mas o Tribunal achou que era uma norma muito permissiva e, como tal foi retirada. Esta alteração já foi comunicada e aprovada em reunião de câmara municipal, mas entendemos que o município tem capacidade de endividamento, mas o Tribunal de Contas cumpre o seu papel e, nesta altura difícil de endividamento nacional tenta que este se atrase, pois a banca já negociou contratos com cláusulas muitos semelhantes e foram aprovados, mas o que se pretende é que não sejam negociados empréstimos para despesas correntes e, sim locados para obras físicas específicas. No nosso caso tivemos o cuidado de coordenar uma série de investimentos que estavam candidatados a fundos comunitários e à medida que cada um deles fosse avançando o empréstimo avançaria também, mas em função da nova análise este processo sofrerá alterações e redacção de outras cláusulas, mas a seu tempo teremos o empréstimo concedido, pois aprovado já está." -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal:** " Quando o empréstimo foi aprovado era para financiar as obras do QREN, porem ao analisar estas obras são importantes, tais como a edificação do Mercado Coberto ou do Pavilhão Multiusos, mas algumas delas não são oportunas designadamente a construção das variantes e, temos um espaço temporal de vinte e quatro meses para a sua execução, isto é, dois anos o que na minha perspectiva não é viável, mas a melhor opção seria em cinco anos, porque senão poderá estar a desequilibrar o orçamento e a estabilidade financeira do município, sacrificando outras actividades a favor destas, pois um endividamento nesta altura com as condições em que se encontra o país, em que o governo vai ter de cortar muitas verbas para contrariar o défice existente não seria aconselhável, por isso tente prorrogar o tempo de dois para cinco anos em nome da saúde financeira do concelho. Muito obrigado. " -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Senhor Presidente quer dar alguma resposta?" -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** " Só para esclarecer que o assunto ainda não fica concluído, pois virá aqui um novo aditamento, uma vez que já fomos notificados pelo Tribunal de Contas que temos de fazer algumas alterações, isto no sentido de orçamentar todas estas obras em que o dinheiro vai ser aplicado. Na altura em que a autarquia avançou com este tipo de financiamento era para permitir que aproveitasse alguma da liquidez existente na banca, porque se fosse hoje o empréstimo já não se concretizaria nestas condições, mantendo aqui esta possibilidade de endividamento fazendo face a esta componente nacional para obras financiadas pelos fundos comunitários

como por exemplo o mercado coberto em que as obras já se iniciaram, detendo assim a possibilidade de mantermos o mesmo nível de endividamento, porquanto estamos a amortizar e existem empréstimos que tendem em findar como é o caso da Barragem de Santa Maria de Aguiar ou do Parque Industrial, os quais estão praticamente liquidados, portanto é bom que tenhamos essa capacidade porque as regras vão mudar e, quem não esgotar a capacidade de endividamento, porventura vão somá-la a capacidades de outros e por exemplo analisá-la a nível de NUTIII e, deixaríamos de ter essa oportunidade porque outro concelho já a tinha esgotado. Não é a última vez que o assunto aqui vem e, não pretendo aumentar o endividamento da câmara municipal sem ter como objectivo obras reprodutivas, de capital, que proporcionem mais-valias, rendimentos e fixação de pessoas. Em resumo, estamos a desenvolver todo este processo com muita boa gestão e a assembleia municipal já nos deu esse mandato para avançarmos com este contrato, o qual em termos de cláusulas pode ser objecto de negociação tanto pelo Tribunal de Contas, Câmara Municipal, ou instituição bancária. " -----

-----**Feliciano Pereira Martins, Deputado Municipal:** " Pensava que esta questão era pacífica, mas depois das afirmações proferidas pelo Dr. Teodoro tenho de concordar com o Senhor Presidente da Câmara, pois se temos capacidade de endividamento, esta tem de ser aproveitada, uma vez que os bancos estão a mudar a sua política e o investimento público tem de ser executado e nada de receios que não levam a lado nenhum."-----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Mais algum comentário, já percebi que existem dois pontos de vista, tudo em democracia é assim, vote-se e depois vê-se o desenvolvimento da situação." -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal:** " No que me diz respeito na altura votei favoravelmente o empréstimo, mas na convicção de que fossem utilizadas em obras financiadas pelo QREN, agora aparece uma adenda com uma condição específica relativamente ao ponto três que são os vinte e quatro meses, o que considero difícil a execução destas obras neste espaço de tempo. Depois de formulada esta ressalva voto a favor desta proposta." -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes." ---

-----**2.7. Análise, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 22 - PCM / 2010, Moção - PIDDAC 2010.** -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Vou colocar a proposta à discussão da Assembleia. " -----

----- **Francisco António Fresta Darei, Presidente da Junta de Freguesia de Almofala:** “ Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Deputados. Estamos no ano de 2010, ano em que a República Portuguesa comemora o seu primeiro centenário e, deveria ser por isso para todos os figueirenses motivo de alegria e satisfação, não fosse o abandono a que estamos ser votados. A Constituição da República Portuguesa diz no seu artigo 9º alínea g) nas tarefas fundamentais do Estado a promoção e o desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional e, no artigo 81º alínea d) a promover a coesão económica e social de todo o território nacional, orientando desenvolvimento no sentido de crescimento equilibrado de todos os sectores e regiões, eliminando progressivamente as diferenças económicas e sociais entre a cidade e o campo, entre o litoral e o interior. Minhas Senhoras e meus Senhores, olhando bem para estes dois artigos da nossa constituição, chegamos muito depressa à conclusão de que mais uma vez fomos esquecidos e discriminados pelo governo da República Portuguesa, no que ao Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) diz respeito. Já estamos habituados a isso dirão muitos. O que havemos de fazer dirão outros, estamos a atravessar tempos difíceis, pensarão ainda outros. A verdade minhas Senhoras e meus Senhores é que estamos a ser discriminados e abandonados com todas as letras do alfabeto. Eu como Deputado desta Assembleia Municipal e Figueirense não me conformo e, peço a todos os Senhores Deputados que fazem parte desta magna Assembleia que façam o mesmo, porque o que aqui está em causa é o desenvolvimento e o futuro do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, pois todos temos de dizer basta a tanto esquecimento, abandono e discriminação. Agora pergunto que só conhecem o nosso concelho quando há campanhas eleitorais para pedirem o nosso voto? Ou será que por vivermos tão perto de Espanha pensam que somos espanhóis e, como tal não temos direito de nos desenvolvermos como o resto do país, ou então como vivemos tão longe de Lisboa somos considerados portugueses de terceira, ou na melhor das hipóteses parentes pobres sem direito a qualquer tipo de herança por mais pequena que ela seja, não podemos permitir que nos tratem desta maneira. Senhor Presidente da Câmara Municipal os documentos apresentados aqui hoje por V. Exa., dirigidos ao Senhor Presidente da República e Assembleia da República são muito oportunos, mas na minha opinião sabe a pouco pois também deveriam ser enviados directamente ao Primeiro-Ministro e a todas as bancadas dos partidos políticos com assento parlamentar na Assembleia da República, porque estes documentos são vitais para dar a conhecer o descontentamento de todo o povo

figueirense por tão grande abandono e esquecimento, correndo o risco destes documentos nunca chegarem ao conhecimento de todas estas pessoas. Senhoras e Senhores Deputados vou terminar, mas antes de o fazer queria pedir a todos sem excepção que votassem todos os documentos apresentados por unanimidade, para todos nos juntarmos com o nosso voto de descontentamento, ao descontentamento do Senhor Presidente da Câmara Municipal, em defesa dos interesses do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, que são os interesses de todas as pessoas que nele habitam. Obrigado."-----

----- **Sérgio André da Silva Ribeiro, Deputado Municipal:** “ Muito boa-tarde a todos. Na minha opinião e de acordo com a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almofala da qual compartilho, quero aqui expressar o meu descontentamento relativamente ao que está inscrito no Orçamento de Estado, mas também na Moção quanto ao investimento irrisório no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo pelo Estado que este ano é zero e, mais uma vez não é dada uma igualdade de oportunidades aos concelhos do interior, independentemente do partido político, que acabam por se sentirem defraudados e discriminados pela administração central, pois com esta dotação orçamental estabelecida no Orçamento de Estado para toda esta faixa do interior do território nacional, não vai permitir a fixação de população, principalmente da camada mais jovem, que não vão ter condições para tal e, o interior ficará cada vez mais desertificado e com mais assimetrias, mas o mais grave é que nem os investimentos do interior já iniciados podem ser usufruídos na mesma medida e circunstância, porque já se fala no pagamento de portagens na A 25, em que não temos alternativas no distrito, sendo uma via essencial para o desenvolvimento da região e, mesmo assim havendo esta assimetria relativamente às oportunidades entre o litoral e o interior o nosso governo continua a discriminar-nos, temos de mostrar o nosso descontentamento a esta indiferença, pois acima de tudo está a defesa e os interesses do nosso concelho. Obrigado.” -----

----- **Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal:** “ Esta situação é inqualificável para o nosso concelho, pois o nosso governo não trata todos da mesma maneira, aprofundando assim a desertificação, em vez de contribuir para a homogeneização do desenvolvimento, por isso está a dar-se razão aqueles que pretendem transformar o nosso território numa coutada de caça. Evidentemente que as verbas podem ser poucas, mas devem ser distribuídas com liberdade, pois se a Constituição da República Portuguesa diz que se deve promover o equilíbrio social em todo o território, porque então adoptar esta posição. Não sei se é possível, mas sou da opinião que se deve processar o

Estado por não cumprir a Constituição, porque de facto é o que merece este governo por desprezar o interior do país." -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** “

Gostaria de fazer uma ressalva, que por lapso o gráfico distribuído refere-se ao PIDDAC nacional o qual vem caindo desde 2005, mas o percentual a partir daí para o distrito da Guarda desceu de umas centenas para umas meras unidades de milhar, apesar de alguns investimentos terem saído do PIDDAC como os da área da saúde, das estradas e, então pergunto para que serve este plano de investimento pois basta estudá-lo e observamos que só o Distrito de Lisboa consome cerca de 12% do total estipulado e, não arranjam outras formas de distribuir as verbas, porque não deixa de ser vergonhoso que ano após ano os concelhos são contemplados com rubricas de 500 euros como era o caso do Centro de Saúde de Figueira outros com 1000euros. Vamos aguardar que o investimento no Centro de Saúde se realize pois teria valor e importância para todos e, a Assembleia Municipal tem feito força para que se concretize. Assim sendo, tem de se definir a relevância do PIDDAC, pois uns recebem 12% da verba enquanto que outros têm de se contentar com o investimento zero. Quando distribuirmos esta moção depois de ser aprovada, será entregue o mapa correcto referente ao Distrito da Guarda. Muito obrigado.” -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “

Só uma nota ainda sobre este Plano de Desenvolvimento e Investimento da Administração Central que tem o seu valor e não reparemos tanto nele, pois podemos desenvolver muitos projectos sem ser em PIDDAC, mas o certo é que se tivéssemos acesso a esses montantes e o utilizássemos em benefício do território e da população, tínhamos mais do que orçamento da câmara municipal, pois Figueira de Castelo Rodrigo tinha direito a uma discriminação positiva, porque se nos dessem aquilo a que era de direito só em razão do território e da população, uma vez que o total do PIDDAC são 2,8 mil milhões de euros e o total dos 308 municípios e juntas de freguesias incluídas são 2,4 mil milhões de euros, portanto o que vem para as freguesias e câmaras municipais é inferior ao PIDDAC e contudo não é investido na região a não ser acabar de pagar o Museu do Côa e lançar o tribunal de Gouveia não se vê investimento da parte da administração central, pois todos os concelhos do interior não tem direito a este tipo de investimento, porque este está cada vez mais concentrado no litoral. Aquilo que o Estado vai investir em todo o Distrito da Guarda é menor que o investimento da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, por isso vejam a razão de valores em que nos encontramos e, portanto achamos por bem

comunicar este descontentamento a suas Excelências ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República e, já temos prontos os documentos a enviar para os grupos parlamentares e sua Excelência o Senhor Primeiro-Ministro, pois só pretendíamos receber o que é nosso por direito." -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

"Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes." ---

-----**2.8. Análise, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 24 – PCM / 2010, Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimento e Orçamento de 2010.** -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "

Vou colocar a proposta à discussão da Assembleia. " -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** " Trata-se de uma primeira revisão, pois tendo-se a oportunidade de se apresentarem candidaturas no âmbito dos caminhos rurais, no fundo foi a inclusão de caminhos em projectos de execução, os quais aqui tem de estar previsto." -----

----- **Mário Daniel Carneiro André, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Amargo:** "

O Senhor Presidente da Câmara Municipal estava a falar em caminhos rurais e, gostaria de saber se as Juntas de Freguesia para contemplarem os seus caminhos nestes projectos terão de se dirigir à câmara municipal, ou os seus técnicos estão a tratar do assunto a nível de Juntas de Freguesia e, se nos poderiam manter informados sobre aqueles a que temos acesso, pois na minha opinião seria uma mais-valia. Obrigado."-----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** "

A câmara municipal vai dentro das suas possibilidades desenvolver estes projectos que são necessários, segundo uma ordem de prioridades, mas algumas juntas de freguesia tem-se antecipado e elaborado elas próprias os projectos e, poderem-se candidatar dentro das suas capacidades e recursos, sendo sempre uma situação caso a caso de acordo com a essência dos fundos comunitários. Agora uma coisa são caminhos rurais outra são ligações inter-freguesias, pois estas são sempre alvo de projecto da parte da câmara municipal, mas neste momento não existem apoios para estradas, só para caminhos rurais." -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "

Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes." ---

-----**2.9. Análise, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 2 – VCM / 2010, Regulamento de Taxas. Licenças e Prestação de Serviços do Município de Figueira de Castelo Rodrigo.** -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "

Está aberta a discussão." -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** " Ao abrigo da nova legislação sobre a matéria, obrigou a uma codificação, ou seja, que num regulamento só tivessem compiladas todas as taxas e licenças. É um documento técnico que gostaríamos que não agrupassem tantas taxas e que tivessem mais arredondadas do ponto de vista do valor, contudo agora é exigido que a taxa tenha uma verdadeira contrapartida em termos de prestação de serviços e, como está calculado parte dele será taxa. Todo este processo foi objecto de análise e cálculo em que se actualizaram todas as taxas, todavia e de um modo geral não vai alterar muito as taxas existentes, em que algumas são aumentadas e outras tantas diminuídas, mas um diploma como este com o tempo sofrerá uma ou outra alteração, sempre que se notar que não está de acordo com aquilo que a prestação presta e, é extensível a todas as câmaras do país, porque todas fizeram um estudo e ajustes necessários, para que a taxa não seja um imposto, aproximando assim este custo que a autarquia presta a cada munícipe nas diferentes matérias." -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Deputado Municipal:** " Esta sessão da assembleia municipal foi brindada com muitos regulamentos, mas confesso que tive alguma dificuldade em analisar este regulamento porque apesar de ser muito denso não temos qualquer termo de comparação. Agora o esforço é meritório mas não temos capacidade de o ajuizar porque não sabemos se as taxas que aqui aparecem correspondem ao efectivo esforço e contrapartida, sobretudo aquelas que são comuns. Vou votar favoravelmente mas com esta ressalva, mas como disse o Senhor Presidente da câmara municipal este regulamento proximamente vai ser objecto de aprofundamento e nessa altura iremos reflectir melhor sobre este tema. "-----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** " Só para dizer que este trabalho foi essencialmente técnico e não político, por isso estamos todos a tempo do melhorar agora que está codificado, porque a lei tinha de ser cumprida senão as taxas seriam ilegais, mas tendo sempre em vista uma contrapartida na prestação de serviços da câmara, por isso este documento é muito técnico, mas foi o possível e louvo os técnicos que o executaram, existe este esforço de codificação o que para nós se torna mais simples saber a que taxas estamos sujeitos e, nas mais aplicáveis como no urbanismo e construção não se vai denotar um agravamento, o concelho não vai deixar de ser competitivo pela cobrança destes montantes, uma vez que não pretendemos afastar o investimento nem a iniciativa privada. Este regulamento depois de ser autorizado tal como todos no nosso país e depois sim explicar em cada caso as eficiências de cada um." -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes.” ----

-----**2.10. Análise, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 3 – VCM / 2010, Regulamento Municipal de Incentivo à Maternidade Fixação de Jovens Casais no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.** -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Vou colocar a proposta à discussão da Assembleia. “ -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Gostaria apenas de realçar que este regulamento tem permitido, não digo incentivar o nascimento e fixação de casais, mas é imensurável que de facto os apoios tem sido dados e, como achamos muito meritório que o governo venha a lançar a conta poupança futuro em vai dar cerca de duzentos euros a cada jovem para a abertura da conta, a câmara municipal decidiu contribuir com trezentos euros no segundo ano, para que a pessoa mantenha a conta, tenha direito a benefícios fiscais, pois o governo dá duzentos euros e a câmara mais trezentos e, por isso é espectável que a conta continue, sendo uma forma de ultrapassar o problema da taxa de natalidade do nosso país que tem vindo a descer drasticamente. Com este reforço ao incentivo à maternidade, tenta-se adequar mais os valores, tornando-o diferenciador do nosso concelho, o qual tem ajudado, pois vamos necessitar de gente que nasça e, que trabalhem para terem dinheiro para nos pagarem as nossas reformas, o qual se vai estender durante todo este mandato.” -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Deputado Municipal:** “ Só me irei referir ao ponto das prestações sociais, as quais são sempre sujeitas a controle e fiscalização, a qual para se efectivar o particular tem direito a um vale da câmara e deposita no banco em que recebe um comprovativo em como abriu uma conta poupança futuro. Na minha opinião era mais correcto adoptar outra metodologia em que o particular dirigia-se ao banco e era credenciado pela conta poupança futuro e depois era depositado na conta, para assim não se perder a chave no circuito.” -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes.” ----

-----**2.10. Análise, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 4 – VCM / 2010, Regulamento para a Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos.** -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Este ponto foi retirado da ordem de trabalhos e será apresentado e aprovado em momento oportuno. -----

-----3. Outros assuntos: -----

-----3.1. Correspondência recebida e outras informações. -----

-----3.2. Intervenção do público. -----

----- - **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “
Quanto a este ponto, comunico que nada de relevante foi recebido para se proceder a debate nesta assembleia. Quanto à intervenção do público, ninguém manifestou vontade em intervir. “-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade de votos dos membros presentes, que a presente acta fosse aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do artigo 40º, do Regimento da Assembleia Municipal e do n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrada a sessão, quando eram dezoito horas, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada por mim, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, que a secretariei e redigi e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Mário José Pimentel Saraiva Salvado. -----

